China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial 31 de dezembro de 2017

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo:

Relatório da Administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanços patrimoniais consolidados	15
Demonstrações de resultados	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	22

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" ou "Banco" submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil "Bacen".

As Demonstrações Financeiras consolidadas com base no padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.br.ccb.com.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

Ao fim de 2017, o aumento da confiança no Brasil estava ratificado nos indicadores econômicos, consolidando a percepção de que a severa recessão iniciada em 2014 encerrara o seu ciclo. Com efeito, os fundamentos econômicos, com o passar dos meses de 2017, foram gradualmente convergindo para patamares apreciáveis de uma economia estável, pavimentando uma rota de crescimento para períodos vindouros.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou 2017 em 2,95%, a menor inflação anual do País desde 1998. Os bons resultados da safra agrícola puxaram para baixo os preços da maioria dos alimentos, o que contribuiu para desacelerar a inflação. A taxa básica de juros (Selic) foi progressivamente reduzida situando-se ao término de 2017 em 7.0% a.a.

Com produção de cerca de 240 milhões de toneladas de grãos e crescimento acima de 30% em relação à safra do ano anterior, o ano de 2017 terminou com resultados recordes na agricultura, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os efeitos reverberaram em cadeia: a boa colheita aumentou a oferta de produtos permitindo queda de preços dos alimentos para o consumidor, incremento da exportação de produtos agrícolas; além de impulsionar a participação da agricultura no PIB do país, como reflexo do aumento da demanda de bens, emprego e renda no campo.

A indústria deu sinais de retomada consistente, com crescimento disseminado em diversos setores, após três anos consecutivos de queda. De acordo com o IBGE, a

produção industrial aumentou 2,5% em 2017, tendo sido registrados sinais positivos em 19 dos 26 ramos pesquisados.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,09 trilhões em dezembro de 2017, recuo de 0,64% em doze meses. Em sentidos opostos, o crédito com recursos livres expandiu 1,72% no ano e somou R\$ 1.582,7 bilhões enquanto que o crédito direcionado recuou 3,00% no período e totalizou R\$1.503,0 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 47,10% comparativamente a 49,6% no final de 2016.

A taxa de câmbio apresentou baixa volatilidade no decorrer do ano. A cotação ao fim do exercício foi de R\$ 3,31/US\$ ante R\$ 3,26/US\$ em 2016.

Em 2017, a balança comercial brasileira registrou superávit recorde de US\$ 67,00 bilhões, saldo superior aos US\$ 47,68 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 217,75 bilhões (US\$ 185,24 bilhões em 2016) enquanto que as importações atingiram US\$ 150,75 bilhões (US\$ 137,55 bilhões em 2016).

O comércio do Brasil com a China também foi recorde em 2017. O saldo comercial, o maior da série histórica, foi de US\$ 20,17 bilhões, as exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 47,49 bilhões e US\$ 27,32 bilhões.

Notoriamente, a redução da inflação e da taxa de juros; o avanço do PIB em trajetória positiva, como reflexo da melhora da atividade doméstica progressivamente disseminada entre os setores, e a expansão do comércio exterior, permitem vislumbrar 2018 como um ano de oportunidades para o Brasil e resiliência frente aos desafios.

Estratégia Empresarial

Desde o início das atividades do CCB Brasil, em 29 de agosto de 2014, a Administração focou seus esforços na integração da subsidiária brasileira à rede ampla e global do CCB (China Construction Bank Corporation), assumindo o controle de atividades e garantindo uma gestão de riscos mais prudente. Esses esforços, gradualmente tem resultado numa operação mais estável e num perfil de risco reduzido, tanto para o Banco quanto para os clientes.

Em agosto de 2017, o Banco entregou ao Bacen o Plano de Negócios e Estratégia de longo prazo, para os exercícios fiscais de 2017-2021.

A Síntese do Plano leva em consideração os seguintes fatores: (i) as oportunidades do mercado brasileiro; (ii) o comprometimento de longa duração da China com a economia brasileira; (iii) o respeito às culturas bi nacionais; (iv) as conquistas e principais lições aprendidas nos últimos três anos e, (v) o inegável valor de nossa Instituição Financeira associado ao peso de nossa Marca.

Para os próximos cinco anos, foi estabelecido o desafio de transformar o Banco em uma nova instituição, com visão clara de que será a escolha mais adequada para apoiar a rede criada pelo corredor de investimentos e negócios entre Brasil e China. Com o Brasil emergindo de uma recessão econômica, e já apresentando sinais de retomada de suas atividades, o Grupo Controlador reitera o compromisso de longo prazo com a economia do País, aliado a forte confiança nas oportunidades que o mercado brasileiro oferece para o CCB de forma global.

Com base nos fatores supracitados, o Banco analisou os principais setores da economia brasileira, visando identificar quais deles são mais atrativos, valendo-se das macrotendências setoriais, o âmbito da corrente comercial Brasil e China e a pauta de investimentos da China no Brasil.

Emergem, como principais objetivos do Plano Estratégico: 1) reposicionar o Banco no mercado fazendo uso de seu principal diferencial competitivo: a sua representatividade no corredor Sino-Brasileiro com ênfase nos segmentos Corporativos; 2) Buscar crescimento focado em setores como energia, óleo e gás, mineração, agronegócio e bens industrializados; 3) diversificar a carteira de clientes, buscando priorizar empresas com faturamento anual entre R\$ 500 milhões e R\$ 5,0 bilhões e, 4) desenvolver produtos para o segmento Corporativo.

Aumento de Capital

Visando suportar as carteiras operacionais do Banco e capitalizá-lo para períodos vindouros, em que almeja expandir as suas atividades, em 26/10/2017, a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovou o aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração, no valor de R\$ 1,258 bilhão. Tal aumento foi homologado pelo Bacen em 12/12/2017, passando o índice de Basileia a situar-se no patamar 28,52% e o nível 1 em 18,28%.

Iniciativas de melhorar a estrutura de capital do Banco foram tomadas ainda no fim de 2016, quando o CCB Brasil emitiu US\$ 70 milhões de Dívida Perpétua "Perpetual Bonds Issue". Em 10 de abril de 2017, o Bacen deferiu a referida captação como elegível ao cômputo do capital de Nivel 1.

Estrutura Física

No decorrer de 2017, em aderência ao Plano Estratégico, o Banco adequou a estrutura física de sua franquia objetivando: (i) eficiência operacional, obtenção de uma melhor correlação entre o volume de suas receitas proporcionadas por suas carteiras atuais e futuras, com a estrutura administrativa e seus custos associados e (ii) proximidade com o mercado alvo, definido por empresas de maior faturamento e com perfil *corporate*, em substituição ao modelo anterior que priorizava empresas de médio porte.

No encerramento do exercício de 2017, a rede de atendimento estava composta por nove pontos de atendimentos (ante 37 em anos precedentes) e 398 funcionários (595 em 2016).

Resultado do Exercício

Fruto dos equacionamentos adotados e das medidas finais de ajuste no valor dos seus ativos, o CCB Brasil encerrou o exercício de 2017 com resultado líquido negativo de R\$ 749,6 milhões (ante R\$ 353,4 milhões em 2016). O resultado engloba: (i) os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais baixados no montante de R\$ 317 milhões e novos créditos apurados e não ativados durante o exercício, no montante de R\$ 205,1 milhões e (ii) as despesas administrativas e de pessoal não recorrentes, associadas a readequação da nova estrutura física implementada.

No encerramento de 2017, as operações de crédito alcançaram R\$ 7.207,4 milhões, recuo de 1,8% ante o portfolio de R\$ 7.341,9 milhões do ano precedente. A carteira de crédito expandida, que inclui avais e fianças prestadas, é de R\$ 8.663,7 milhões (R\$ 9.063,8 milhões em 2016).

O total das captações atingiu R\$ 12.182,8,0 milhões, volume praticamente estável em relação aos R\$ 12.313,6 milhões obtidos em 2016. A Matriz provê recursos à Subsidiária conforme sua necessidade operacional; no fim de 2017, estes recursos representavam 54,8% da captação.

Decorrente do aumento de capital, ao término de 2017, o patrimônio líquido do Banco atingiu R\$ 1.788,8 milhões e o índice de Basileia situou-se em 28,52% e o nível 1 em 18,28%.

Novos integrantes do Conselho de Administração

A AGE de 30 de junho de 2017 elegeu novos membros indicados pelo Acionista Controlador para compor o Conselho de Administração do Banco. A nova estrutura, homologada pelo Bacen em 11 de dezembro de 2017, está composta pelo presidente Sr. Xilai Feng e os cinco conselheiros, Sr. Xi Zhang (também CEO do CCB Brasil), Sr. Fanggen Liu, Sr. Qiuyue Fang, Sr. Daniel Joseph McQuoid (Conselheiro Independente) e Sr. Heraldo Gilberto de Oliveira (Conselheiro Independente).

e-Banking

Em novembro de 2017, o CCB Brasil lançou o seu novo e-Banking nos idiomas português e inglês. O canal de atendimento foi aprimorado para que o Cliente realize em ambiente interativo e seguro suas transações online como: movimentação de conta-corrente, agenda de pagamentos, transferências eletrônicas e consulta de suas carteiras de empréstimos, investimentos, serviços, além de cotar e fechar operações de câmbio.

Resgate das ações remanescentes

Em 22 de dezembro de 2017, por meio de uma AGE, foi autorizado o resgate da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia que remanesceram em circulação no mercado, após a conclusão da oferta pública unificada para aquisição de ações ("OPA"). O Banco Bradesco foi a instituição financeira contratada para realizar o pagamento aos acionistas das ações resgatadas, conforme aplicável pela Lei das Sociedades por Ações e instruções da Comissão de Valores Mobiliários — CVM. O valor pago por ação de R\$ 10,75 consistiu no Preço da Opção II de R\$ 7,30, na data do fechamento da operação de aquisição da Companhia pelo atual acionista, em 29 de agosto de 2014, corrigido pela variação da Taxa Selic até a data do depósito do resgate, em 26 de dezembro de 2017. Os acionistas então remanescentes, que detinham as ações BICB3 e BICB4, tiveram disponível o pagamento de resgate de suas ações a partir de 04 de janeiro de 2018, nas agências do Banco Bradesco em todo o território nacional.

Concluído o processo de resgate de ações remanescentes, conhecido por "squeeze out", o Grupo China Construction Bank Corporation passou a deter integralmente as ações da subsidiária CCB Brasil.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.254,5 milhões, o que representa 15,0% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2018).

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 2º. Semestre de 2017

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB é instituído em atendimento à Resolução 3.198/2004 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2017, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2017. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição, conforme indica o relatório de auditoria dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários; e (iii) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e

riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

Conforme a nota explicativa 2 (c), foi realizado ajuste nas demonstrações financeiras de 2016, apresentadas comparativamente, relativamente ao critério de amortização do ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros na aquisição da subsidiária CCB Financeira.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2017, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira President Walter M. Machado de Barros

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. Conglomerado Prudencial Demonstrações financeiras consolidadas em

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas subsidiárias, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n^2 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 28 de março de 2017, antes dos ajustes descritos na Nota 2 (c).

Como parte de nosso exame sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2 (c), que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de 31 de dezembro de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de 31 de dezembro de 2016 tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 21 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Consolidado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Consolidado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 21 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Luís Carlos Matias Ramos Contador CRC 1SP171564/O-1

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

		CONSO	LIDADO PRUDENCIAI
	Nota	Dezembro 2017	Dezembro 2016
ATIVO	-		Reapresentado Nota 2.c.1
Circulante	9	6.403.326	11.402.380
Disponibilidades	4a.	93.107	111.077
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		249.499	3.722.615
Aplicações no mercado aberto	4b.	53.008	3.579.119
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	5.555	12.339
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	190.936	131,157
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		133.306	3.858.884
Carteira própria	5b.	84.700	46 442
Vinculados a operações compromissadas	5b.	10001107000	2.910.915
Vinculados ao Banco Central	5b.	-	141.624
Vinculados a prestação de garantias	5b.		695.951
Instrumentos financeiros derivativos	6.	48,606	63.952
Relações Interfinanceiras		21.595	10.303
Depósitos no Banco Central		21.595	10.303
Operações de Crédito		3.810.214	2.924.988
Operações de crédito	-	3.945.660	3.174.618
Setor público	7.	9.779	14.427
Setor privado	7.	3.935.881	3.160.191
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8.	(135.446)	(249.630)
Operações de Arrendamento Mercantil		(12.348)	(2.773)
Arrendamentos a receber - setor privado		13.352	22.710
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(14.830)	(22.337)
Provisão para créditos de arrendamento		A	
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(10.870)	(3.146)
Outros Créditos		2.070.147	724.248
Avais e fianças honrados	•	43.075	9.782
Carteira de câmbio	9.	1.676.652	541.860
Rendas a receber		20.823	31.934
Negociação e intermediação de valores		2 663	4.285
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	27a	217.179	
Diversos	10.	209.219	165,141
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(99.464)	(28.754)
Outros Valores e Bens	9.55	37.806	53.038
Despesas antecipadas	1,5	37.806	53.038

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

		CONSOLIDAD	O PRUDENCIAL
		Dezembro	Dezembro
	Nota	2017	2016
ATIVO		2011	Reapresentado
			Nota 2.c.1
			Nota 2.C.1
Realizável a Longo Prazo	5	12.843.384	10.213.674
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	927
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.		927
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		8.515.737	4.145.984
Carteira própria	5b.	4.860.576	1.332.069
Vinculados a operações compromissadas	5b.	3.173.541	2.531.836
Vinculados a prestação de garantias	5b.	232.787	8.846
Instrumentos financeiros derivativos	6.	248.833	273.233
Operações de Crédito		2.203.626	3.314.146
Operações de crédito	7.	2.432.164	3.529.777
Setor privado		2.432.164	3.529.777
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	8.	(228.538)	(215.631)
Operações de Arrendamento Mercantil		(8.779)	(2.642)
Arrendamentos a receber - setor privado		12.649	18.756
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(10.990)	(18.756)
Provisão para créditos de arrendamento	Make 1		
mercantil de liquidação duvidosa	8.	(10.438)	(2.642)
Outros Créditos		1.826.811	2.420.138
Rendas a receber		3.031	
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	27a.	922.947	1,447.978
Crédito presumido - Lei 12.838/2013		333.301	380.662
Diversos	10.	577.636	596.046
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(10.104)	(4.548)
Outros Valores e Bens		305.989	335.121
Outros valores e bens	11.	423.389	363.573
Despesas antecipadas	328	25.482	67.048
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(142.882)	(95.500)
Permanente		151.249	250.467
Investimentos		3.206	2 262
Participações em controladas - no país		2.561	1.517
Outros investimentos		1.135	1.235
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	12b.	51.776	105.932
Imóveis de uso		92.155	196.034
Outras imobilizações de uso		32.856	39.267
Depreciações acumuladas		(73.235)	(129.369)
Imobilizado de Arrendamento		65.954	103.038
Bens arrendados		117.732	225.297
Superveniência de depreciação		17.533	13.796
Depreciações acumuladas		(69.311)	(136.055)
Intangivel	12c.	30.313	39.235
Ativos intangiveis		124.357	119.662
Amortização acumulada		(94.044)	(80.427)
Total do Ativo		19.397.959	21.866.521

			Dozombes
	Nota	Dezembro 2017	Dezembro 2016
		2011	Reapresentado
PASSIVO			Nota 2.c.1
Circulante	_	14.046.264	17.413.024
Depósitos	16.	2.892.409	1.935.842
Depósitos à vista		86 472	80.185
Depositos de poupança		7.393	10.849
Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo		312.847	94.540
Depósitos em moedas estrangeiras		2 485 697	1.744.878
Captações no Mercado Aberto	17a.	3.138.816	5.390
Carteira própria	17a	3.138.816	6.868.236 5.366.676
Carteira de terceiros		5.150.010	1.501.560
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		199.335	291.630
Recursos de letras emitidas	17b.	199.024	291.628
Letras de crédito imobiliário	ESS85 -	37.021	121.061
Letras de crédito de agronegócio		134.198	162.779
Letras financeiras		27.805	7.788
Recursos de aceites cambiais		311	2
Relações Interdependências	-	5.661	8.235
Recursos em trânsito de terceiros	40	5.661	8.235
Obrigações por Empréstimos Empréstimos no exterior	19.	6.182.481	7.442.965
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	20	6.182.481 41.701	7.442.965
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ	20	35.561	115.288
Ministério das Cidades		6.140	2.395
Obrigações por Repasses do Exterior	19.	76.226	44.036
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	3.377	27.440
Instrumentos financeiros derivativos		3.377	27.440
Outras Obrigações	-	1,506,258	679.352
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		244	1.841
Carteira de câmbio	9.	1.047.023	23.242
Sociais e estatutárias	122	10.704	204
Fiscais e previdenciárias	21.	176.633	108.094
Negociação e intermediação de valores Divida subordinada	24a.	4.699	36.192
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	24a. 24b	15.161 16.403	120.796
Diversas	22.	235.391	388.983
Exigivel a Longo Prazo		3.536.481	3.086.738
			4
Depósitos	16.	283.292	304.257
Depósitos interfinanceiros		29.972	105.024
Depósitos a prazo Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		253.320 207.276	199.233 143.303
Recursos de letras emitidas	17b.	152.210	87.958
Letras de crédito imobiliário	170.	921	36.082
Letras de crédito de agronegócio		19.910	26.705
Letras financeiras		131.379	25.171
Recursos de aceites cambiais		•	279
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18.	55.066	55.066
Obrigações por Empréstimos	19.	268.824	**************************************
Empréstimos no exterior		268.824	
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	20.	3.5	1.525
Ministério da Agricultura - FUNCAFE		•	1.525
Obrigações por Repasses do Exterior	19.	4 775	74.480
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	1.775	1.592
Instrumentos financeiros derivativos		1.775 2.775.314	1.592 2.561.581
Outras Obrigações	21.	4.383	3.449
Ficenic o providenciarios	4.1.	4.505	
Fiscais e previdenciárias		1 297 794	1 244 259
Fiscais e previdenciárias Divida subordinada Instrumentos de divida elegíveis a capital	24a. 24b.	1.297.794 551.978	1.244.259 559.926

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Em milhares de reais

		CONSC	LIDADO PRUDENCI
	Nota	Dezembro 2017	Dezembro 2016
PASSIVO			Reapresentado Nota 2.c.1
Resultados de Exercícios Futuros	25.	26.462	30.997
Patrimônio Líquido	26.	1.788.752	1.335.762
Capital Social De domiciliados no país (-) Capital e realizar Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Prejuizos acumulados Participação de não controladores -) Ações em tesouraria		2.956.864 2.956.864 	1.699.886 1.699.886 (3.738) 24.956 (1.697) (366.533) 37.993 (55.105)
Total do Passivo		19.397.959	21.866.521

Demonstrações consolidadas do resultado Exercícicios e semestre findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

			CONSOLID	ADO PRUDENCIAL
		2° Semestre	Dezembro	Dezembro
	Nota	2017	2017	2016
				Reapresentado
				Nota 2.c.3
Receitas da Intermediação Financeira		980.884	2.080.382	1.619.467
Operações de crédito	28a.	573.694	1.168.111	1.030.280
Operações de arrendamento mercantil		11.315	13.749	13.297
Resultado de títulos e valores mobiliários	28b.	330.520	795.588	661.747
Resultado de câmbio	28d.	57.880	95.205	(96.657)
Resultado de aplicações compulsórias		55	144	273
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		7.420	7.585	10.527
Despesas da Intermediação Financeira		(676.030)	(1.801.639)	(1.530.964)
Captação no mercado	28e.	(375.088)	(897.987)	(689.241)
Empréstimos, cessões e repasses	28f.	(95.980)	(239.222)	668.249
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	28c.	(200.397)	(358.603)	(1.309.243)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		37.231	36.443	(870.842)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(41.796)	(342.270)	670.113
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		304.854	278.743	88.503
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(227.050)	(522.474)	(515.073)
Receitas de prestação de serviços		27.328	60.508	63.497
Rendas de tarifas bancarias		3.034	5.070	5.927
Despesas de pessoal	28i.	(142.262)	(260.184)	(241.861)
Despesas tributárias	28k.	(16.258)	(34.128)	(33.327)
Resultado de participações em controladas		(257)	(807)	648
Outras despesas administrativas	28j.	(75.868)	(157.091)	(177.899)
Outras receitas operacionais	28g.	180.823	233.669	114.488
Outras despesas operacionais	28h.	(203.590)	(369.511)	(246.546)
Resultado Operacional		77.804	(243.731)	(426.570)
Resultado não operacional	281.	(53.600)	(56.425)	(12.006)
Resultado Antes da Tributação		24.204	(300.156)	(438.576)
Imposto de renda	27d.	(32.562)	(88.368)	(32.138)
Contribuição social	27d.	(11.768)	(58.134)	(18.891)
Ativo fiscal diferido	27d.	(165.038)	(302.902)	136.479
Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		(185.164)	(749.560)	(353.126)

						Reservas de capital				
	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a realizar	Ações em Tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuizo acumulado	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		2.012.810	8	÷	(55.105)		(5.010)	(1.218.226)	66.077	800.546
Ajuste de exercícios anteriores		63		*	1.00		82	(13.131)		(13 131)
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2	016	2.012.810	92	48	(55.105)	134	(5.010)	(1.231.357)	66.077	787,415
Redução de capital		(1 217 950)	2.90	(40)		1.0	*2	1 217 950	1,000	
Aumento de capital em espécie		760 026	145 000	(3.738)		24 956	- 2			926 244
Ajustes de avaliação patrimonial			2.50	2.3			3 310			3 310
Presuizo liquido do exercício								(353 126)		(353 126)
Participação de não controladores									(28 084)	(28 084)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.554.886	145.000	(3.738)	(55.105)	24.956	(1.700)	(366.533)	37.993	1.335.759
Mutações do exercício	-	(457.924)	145 000	(3 738)		24 956	3 310	864 824	(28 084)	548 344
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1 699 886	-	(3.738)	(55 105)	24 956	(1 700)	(305,596)	37 993	1 395 696
Ajuste de exercícios antenores		145 000	(145 000)		80	343	¥	60 937	63	60 937
Saldos ajustados em 01 de janeiro de 2	2017	1.554.886	145,000	(3.738)	(55.105)	24.956	(1.700)	(366.533)	37.993	1.335.759
Ajuste de exercícios anteriores coligadas		-	3.60	70		(14)	71	(495)	40	(495)
Aumento de capital em espécie		1.401.978	(145 000)	3 738		1.103				1 261 819
Resgate de acões	28b				- 2	(25.160)		1/2	200	(25 160)
Ajustes de avaliação patrimonial		4					4 382	.09	+0	4 382
Prejuzo liquido do exercicio		2	0.00					(749.560)		(749 560)
Participação de não controladores	26	(4)	1.00		9.0	9.00			(37 993)	(37 993
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.956.864			(55.105)	899	2.682	(1.116.588)		1.788.752
Mutações do exercício		1 401 978	(145 000)	3.738		(24 057)	4 382	(750 055)	(37 993)	452 993
Saldos em 01 de julho de 2017		1.699.886	71		(55.105)	24.956	2.473	(931.156)	20	741.054
Ajuste de exercícios anteriores-coligadas						0.000		(263)		(268
Aumento de capital em espécie		1 256 978	10			1 103		*		1 258 081
Resgate de ações	285		+8		(6)	(25 160)		9.7	35	(25.160
Ajustes de avaltação patrimonial		100	22		4		209			209
Prejuizo liquido do semestre		9	62			10.		(185.164)	*5	(185 164
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.956.864			(55.105)	899	2.582	(1.116.588)		1.788.752
Mutações do semestre		1 256 978				(24 057)	209	(185 432)		1 047 698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa (método indireto) Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		CONSOLID	ADO PRUDENCIAL
	2º Semestre	Dezembro	Dezembro
	2017	2017	2016
			Reapresentado Nota 2.c.4
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			110ta 2.0.4
Prejuízo	(185.164)	(749.560)	(353.126)
Ajustes ao Lucro / Prejuizo	303.546	774.524	(692.196)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	41.796	342 270	(670.113)
Depreciações e amortizações Provisão outras	9.492	19.418	20.221
Provisão/(reversão) para contingências e fianças prestadas	47.171	47.992	17.429
Crédito tributário	81.050 165.038	118.209	(47)
Resultado de participações em controladas	257	302.902 807	(84.462)
(Ganho) na venda de imobilizado	(3.909)	(3.962)	(648) (1.677)
(Ganho)/perda na venda bens não de uso próprio	(2.478)	(4.256)	(2.450)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(31.059)	(55.639)	(2.239)
Amortização de ágio de investimento	5.259	10.519	10.519
(Superveniência)/insuficiência de depreciação	(9.071)	(3.736)	21.271
Prejuizo Ajustado	118.382_	24.964	(1.045.322)
Redução em aplicações inferfinanceiras de líquidez	10	7.711	13.443
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	(431.978)	(832.747)	(1.906.677)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependencias	(37.322)	(13.867)	8.036
(Aumento)/redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	51.206	(11.391)	(1.030.756)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	3.765.290	(1.074.582)	143.800
Aumento/(redução) em depósitos	413.016	935.601	(1.481.997)
Aumento/(redução) captações no mercado aberto	(1.062.886)	(3.729.420)	5.357.229
Aumento/(redução) em outras obrigações	(3.984.109)	911.828	111.967
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.661)	(22.875)	(50.337)
Aumento/(redução) em resultado de exercicios futuros	(2.929)	(4.266)	1.891
Caixa Liquido Proveniente/(utilizado) nas Atividades Operacionais	(1.175.981)	(3.809.044)	121.277
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(2.142)	16.337	(1.136.948)
Alienação de bens não de uso próprio	10.207	28.828	16.795
Alienação de investimentos		100	
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	52.994	89.635	93.723
Aquisição de bens não de uso próprio	(43.309)	(76.011)	(38.398)
Aquisição de investimentos Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(13.936)	(1.851)	(34)
Aplicação no intangível	(1.973)	(16.215) (4.753)	(16.221) (3.748)
Caixa Liquido Proveniente/(utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.841	36.070	(1.084.831)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	90/02/07	922.4200	10.000 L10.000 PM
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	32.766	(28.321)	(138.793)
Aumento/(redução) em obrigações p/empréstimos e repasses	(925.636)	(956.819)	3.254.918
(Redução) em dividas subordinadas	(91.062)	(52.100)	(147.079) 162.401
Aumento/(redução) em instrumento de divida elegíveis a capital Aumento de capital	(9.349) 1.256.978	8.454 1.260.716	901.288
Agio da emissão de ações	1.103	1.103	24.956
Agio da emissao de ações	1.103	1.103	24,550
Caixa Liquido Proveniente nas Atividades de Financiamentos	264.800	233.033	4.057.691
Aumento/(redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(909.340)	(3.539.941)	3.094.137
Saldo inicial de caixa e equivalentes	1.215.332	3.821.353	724.977
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	31.059	55.639	2.239
Saldo final de caixa e equivalentes	337.051	337.051	3.821.353
Aumento/(redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(909.340)	(3.539.941)	3.094.137

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. – Bicbanco, ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo", "CCB Brasil" ou "Banco") e empresas controladas ("Consolidado") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

Em 22 de dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas regularmente convocada, foi deliberada a efetivação do Resgate de 2.339.260 ações que integram o capital social da Instituição, sendo 550.940 ordinárias e 1.788.320 preferenciais, detidas por acionistas minoritários. A liquidação financeira, por conta do resgate de ações, teve início em 04 de janeiro de 2018, conforme faculta a legislação societária. A partir do resgate das ações detidas pelos minoritários, a CCB Holding assumirá a titularidade de 100% das ações ordinárias e preferenciais do CCB Brasil.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e, respeitada a regulamentação brasileira, de lá emanam as diretrizes que orientam a formulação das políticas internas, das políticas contábeis e as práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a administração, implementou um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro, as quais podem assim ser resumidas:

- Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito diretamente junto a Matriz do Banco na China;
- b) Captações externas efetivadas através da emissão de títulos no exterior, sendo:
 - . Dívida subordinada de 10 anos, no montante de US\$ 100 milhões emitidos em 30 de setembro de 2015, para integrar o Patrimônio de Referência nível II; e
 - . Bônus Perpétuo no montante de US\$ 70 milhões, emitidos em 29 de dezembro de 2016 elegíveis a composição do Patrimônio de Referência de nível I.
- c) Aumentos do capital social em espécie:
 - . R\$ 760 milhões integralizados em abril de 2016;
 - . R\$ 145 milhões integralizados em dezembro de 2016; e
 - . R\$ 1.258 milhões integralizados em novembro de 2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

- d) Implementação de um novo perfil de negócios internacionais para o Banco e o desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento a clientes estratégicos;
- Aprimoramento nos processos voltados a recuperações de créditos, e realização de operações de securitização nos exercícios de 2016 e 2017;
- f) Vinculação de operações de créditos a empréstimos segundo a Resolução CMN nº 2.921/02;
- Revisão e readequação dos custos administrativos e operacionais pelo alinhamento da estrutura aos níveis operacionais praticados;
- Investimento no desenvolvimento de produtos com suporte tecnológico e implementação de Internet Banking em 2017.

As medidas concluídas pelo Controlador atenderão o objetivo de recomposição da capacidade de geração futura de resultados operacionais e tributáveis positivos e consequente apuração de maiores margens, além de permitirem o restabelecimento do cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização.

2. APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14, e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas as quais estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores.

As demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 20 de março de 2018.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280/13 do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios — FIDC's e proporcionalmente o Empreendimento Controlado em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2017 o Conglomerado Prudencial é composto pelo Banco e as empresas controladas (conforme quadro abaixo):

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Controladas - conforme Artigo 1º da Resolução nº 4.280	% de participação
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100

Em 31 de dezembro de 2016 o Conglomerado Prudencial era composto pelo Banco, empresas controladas (conforme quadro acima) e pelo investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*) – BRASILFactors S.A. ("BRASILFactors") sendo o percentual de participação de 50%.

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tinha como acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A. para 50% cada, o controle permaneceu compartilhado. As atividades principais da BRASILFactors são voltadas aos serviços de factoring e forfaiting, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

Após a edição da Resolução nº 4.517/16 do CMN, que alterou o artigo 5º da Resolução nº 4.280/13 do CMN, a BRASILFactors, passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial, sendo assim, a partir de janeiro de 2017, não compõe mais o saldo do Consolidado Prudencial. Em 31 de dezembro de 2016 a BrasilFactors e o fundo de investimento da BrasilFactors apresentavam os seguintes saldos incluídos no Conglomerado Prudencial:

<u>Empresa</u>	% Participação	<u>Ativo</u>	Passivo	Resultado	Participação de não controladores
BrasilFactors	50	77.587	75.510	(2.347)	-
FIDC BrasilFactors (*)	100	88.329	585	11.757	37.993
<u>Total</u>		<u>165.915</u>	76.095	<u>9.410</u>	37.993

(*) Artigo 4º da Resolução nº 4.280/13 do CMN

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Reapresentação de cifras comparativas - Correção de erro

Durante o exercício, a Administração identificou ajuste de exercícios anteriores, relacionados ao critério de amortização do ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros, registrado nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, decorrente da aquisição da subsidiária CCB Brasil Financeira ocorrida no primeiro semestre de 2010.

O referido ajuste considerou a amortização do ágio de forma linear pelo período de 10 anos, a partir da data de aquisição do referido investimento.

Os valores dos ajustes efetuados pelo Banco, nos saldos consolidados foram: (i) em 31 de dezembro de 2016 totalizam uma amortização adicional ao saldo do ágio de R\$ 60.937, sendo R\$ 47.806 de despesa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 13.131 referente à

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

exercícios anteriores, e (ii) amortização acumulada adicional relativa ao saldo de abertura de 1º. de janeiro de 2017 de R\$ 60.937.

Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2016 e o patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2017, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Segue abaixo, um resumo do referido ajuste:

c.1) Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2016

ATIVO	31/12/2016 Original	Ajuste	31/12/2016 Reapresentado
Circulante	11.402.380		11.402.380
Realizável a Longo Prazo	10.213.674		10.213.674
Permanente	311.404	(60.937)	250.467
Investimentos Imobilizado de Uso Imobilizado de Arrendamento Intangivel Diferido	2.262 105.932 103.038 100.172	- - - (60.937)	2.262 105.932 103.038 39.235
Total do Ativo	21.927.458	(60.937)	21.866.521
PASSIVO			
Circulante	17.413.024		17.413.024
Exigível a Longo Prazo	3.086.738		3.086.738
Resultados de Exercícios Futuros	30.997		30.997
Patrimônio Líquido	1.396.699	(60.937)	1.335.762
Capital Social De domiciliados no país (-) Capital e realizar Reservas de capital Ajustes de avaliação patrimonial Prejuízos acumulados Participação de não controladores (-) Ações em tesouraria	1.699.886 1.699.886 (3.738) 24.956 (1.697) (305.596) 37.993 (55.105)	- - - - (60.937)	1.699.886 1.699.886 (3.738) 24.956 (1.697) (366.533) 37.993 (55.105)
Total do Passivo	21.927.458	(60.937)	21.866.521

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c.2) Balanço Patrimonial – 1º de janeiro de 2016

ATIVO	31/12/2015 Original	Ajuste	31/12/2015 Reapresentado
Circulante	8.595.717		8.595.717
Realizável a Longo Prazo	5.212.355		5.212.355
Permanente	386.761	(13.131)	373.630
Investimentos Imobilizado de Uso Imobilizado de Arrendamento Intangivel Diferido	1.581 114.403 203.668 62.235 4.874	- - (13.131)	1.581 114.403 203.668 49.104 4.874
Total do Ativo	14.194.833	(13.131)	14.181.702
PASSIVO Circulante	9.531.802		9.531.802
Exigível a Longo Prazo	3.833.378		3.833.378
Resultados de Exercícios Futuros	29.107		29.107
Patrimônio Líquido	800.546	(13.131)	787.415
Capital Social De domiciliados no país Ajustes de avaliação patrimonial Prejuízos acumulados Participação de não controladores (-) Ações em tesouraria	2.012.810 2.012.810 (5.010) (1.218.226) 66.077 (55.105)	(13.131)	2.012.810 2.012.810 (5.010) (1.231.357) 66.077 (55.105)
Total do Passivo	14.194.833	(13.131)	14.181.702

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c.3) Demonstração do Resultado - 31 de dezembro de 2016

	31/12/2016 Original	_Ajuste_	31/12/2016 Reapresentado
Resultado bruto da intermediação financeira	88.503		88.503
Outras receitas (despesas) operacionais	(467.267)	_(47.806)	(515.073)
Receitas de prestação de serviços	63.497		63.497
Rendas de tarifas bancarias	5.927	V ≦ 70	5.927
Despesas de pessoal	(241.861)	-	(241.861)
Despesas tributárias	(33.327)	-	(33.327)
Resultado de participações em controladas	648	-	648
Outras despesas administrativas	(167.380)	(10.519) (i)	(177.899)
Outras receitas operacionais	151.775	(37.287) (ii)	
Outras despesas operacionais	(246.546)		(246.546)
Resultado operacional	(378.764)	_(47.806)	(426.570)
Resultado não operacional	(12.006)	•	(12.006)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(390.770)	_(47.806)	(438.576)
Imposto de renda	(32.138)	1.715	(32.138)
Contribuição social	(18.891)	(*)	(18.891)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	136.479	•	136.479
Prejuizo do exercício	(305.320)	_(47.806)	(353.126)

- (i) Refere-se ao reconhecimento da despesa de amortização do ágio do exercício de 2016, conforme nota explicativa 12c.2;
- (ii) Refere-se ao ajuste decorrente da reversão de receita da amortização do ágio, anteriormente reconhecida nas demonstrações financeiras do exercício de 2016.

c.4) Demonstração do Fluxo de Caixa - 31 de dezembro de 2016

A reapresentação dos saldos comparativos não gerou impacto nos fluxos de caixa operacional, investimento e financiamento.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratarem na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16, é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registados em contrapartida ao resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- Títulos para negociação títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários, em que a
Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção
em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos
dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7e – Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, guando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente até 2016, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, de forma linear pelo prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As comissões nomeadas como Custos de Originação, são reconhecidas a partir de 2017, integralmente no resultado do exercício.

e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Permanente

- f.1) Os investimentos das controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.
- f.2) Conforme previsto na Resolução nº 4.535/16 do CMN, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- **f.3)** Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.
- **f.4)** O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.534/16 do CMN.

g) Passivo

g.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução nº 2.921/02):

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do exercício, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

g.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos, estão registrados em "Outros Créditos – Diversos".

h) Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 23). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 23).

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Disponibilidades

	Dezembro/17	Dezembro/16
Caixa	2.247	1.102
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	90.860	109.975
Total	93.107	111.077

b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Dezembro/17	Dezembro/16	
Até 30 dias	53.008	3.579.119	
Total	53.008	3.579.119	

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Dezembro/17	Dezembro/16	
Até 30 dias	2.083	2.139	
De 31 a 90 dias	2.441	2.482	
De 91 a 360 dias	1.031	7.718	
Acima de 360 dias	-	927	
Total	5.555	13.266	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Dezembro/17	Dezembro/16	
Até 30 dias	190.936	131.157	
Total	190.936	131.157	

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	6.030		55.834	7.035.262	7.097.126		7.097.126
Carteira própria	6.030	_	55.834	3.628.934	3.690.798	3.689.625	3.690.798
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	3.624.485	3.624.485	3.622.398	3.624.485
Notas do Tesouro Nacional - B	_	_	55.834	-	55.834	55.241	55.834
Debentures		-	_	4.449	4.449	5.956	4.449
Carteira de renda variável	6.030	-	-	-	6.030	6.030	6.030
Vinculados a operações compromissadas			_	3.173.541	3.173.541	3.170.244	3.173.541
Letras Financeiras Tesouro	_	_	-	3.173.541	3.173.541	3.170.244	3.173.541
Vinculados a prestação de garantias (*)	-	-	-	232.787	232.787	223.047	232.787
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	232.787	232.787	223.047	232.787
Títulos mantidos até o vencimento		22.836		1.231.642	1.254.478	1.254.478	1.339.781
Carteira própria	_	22.836	-	1.231.642	1.254.478	1.254.478	1.339.781
Cotas - FIDC	-	22.836	_	-	22.836	22.836	22.836
Global Bonds	-	_	-	1.231.642	1.231.642	1.231.642	1.316.945
Total Dezembro/17	6.030	22.836	55.834	8.266.904		8.337.394	

Em 2016, os títulos para negociação com vencimento acima de um ano, estão classificados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN.

^(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 232.787 (Dezembro/16 - R\$ 704.797) sendo que o montante de R\$ 212.995 (Dezembro/16 - R\$ 574.984) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6f.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação	33	3.794.735	3.794.768	3.800.396	3.794.768
Carteira própria	33	46.246	46.279	46.313	46.279
Letras Financeiras Tesouro	-	46.246	46.246	46.279	46.246
Notas do Tesouro Nacional - C	33	9	33	34	33
Vinculados a operações compromissadas	-	2.910.915	2.910.915	2.915.514	2.910.915
Letras Financeiras Tesouro	-	2.910.915	2.910.915	2.915.514	2.910.915
Vinculados à prestação de garantias (*)	-	695.951	695.951	696.813	695.951
Letras Financeiras Tesouro	-	695.951	695.951	696.813	695.951
Vinculados ao BACEN	-	141.623	141.623	141.756	141.623
Letras Financeiras Tesouro	-	141.623	141.623	141.756	141.623
Títulos disponíveis para venda		2.632.749	2.632.749	2.635.837	2.632.749
Carteira própria	-	92.067	92.067	92.784	92.067
Letras Financeiras Tesouro	2	38.529	38.529	38.584	38.529
Notas do Tesouro Nacional - B		53.538	53.538	54.200	53.538
Vinculados a compromissadas		2.531.836	2.531.836	2.534.196	2.531.836
Letras Financeiras Tesouro		2.531.836	2.531.836	2.534.196	2.531.836
Vinculados a prestação de garantias (*)	-	8.846	8.846	8.857	8.846
Letras Financeiras Tesouro	_	8.846	8.846	8.857	8.846
Títulos mantidos até o vencimento		1.270.815	1.270.815	1.270.815	1.259.856
Carteira própria	-	1.270.815	1.270.815	1.270.815	1.259.856
Cotas - FIDC	_	50.598	50.598	50.598	50.598
Global Bonds	-	1.220.217	17 1.220.217 1.220.2		1.209.25
Total Dezembro/16	33	7.698.299		7.707.048	7.687.373

^(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 704.797 (Dezembro/15 - R\$ 285.122) sendo que o montante de R\$ 574.984 (Dezembro/15 - R\$ 155.305) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6f.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço. O valor de mercado dos Global Bonds foi apurado com base no mercado secundário (Bloomberg).

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários

No final do exercício de 2017, visando refletir adequadamente o processo de gestão de caixa do conglomerado, a Administração procedeu a reclassificação de títulos classificados na carteira de títulos para negociação, no montante de R\$ 4.190.678, para a categoria disponível para venda.

6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra *Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, mantiveram-se suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil. Durante o primeiro semestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF e Mercado Futuro para fins de hedge de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de hedge econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfolio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de duration entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o duration do portfólio de crédito. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do hedge, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do fair value hedge dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do hedge é avaliada trimestralmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge. O objetivo é garantir uma efetividade do hedge no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do layer protegido, objeto de hedge designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 29 de dezembro de 2017 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira trading), EVE e NII (para a carteira banking e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- · Futuros e Termo: cotações em bolsas;
- Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- Opções: modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço spot da mercadoria.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2017), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2017 apresentam as seguintes características:

			Valor de referênci				
			Posição	líquida de co	ontratos Ativos	e (Passivos)	
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total	
Contratos de Swap							
Mercado Interfinanceiro	809	792	44.834	(1.335.111)	(259.421)	(1.549.698)	
Moeda Estrangeira	282.036	4.098	(44.834)	1.294.452	259.421	1.509.039	
Pré	19			40.659	-	40.659	
Subtotal	282.864	4.890			-		
Ajuste ao Valor de Mercado	12.990	(452)	14	_	-	_	
Total	295.854	4.438		_			
Contratos de Termo/NDF							
Compra de Termo/NDF	29		664	247	-	911	
Venda de Termo/NDF	1.556	714	4.158	34.994	8 <u>-</u>	39.152	
Subtotal	1.585	714	_	-	-		
Total	297.439	5.152					
Contratos Futuros(*)							
Compra – Mercado Interfinanceiro	2	_	10.494		% =	10.494	
Venda – Mercado Interfinanceiro	_	(2.032)	(740.108)	(547.375)	(1.887.286)	(3.174.769)	
Compra – DDI – Cupom Cambial	203	_	771.848	936.114	8.036	1.715.998	
Venda – DDI – Cupom Cambial		2.524	(105.965)	(65.230)	_	(171.195)	
Compra – Moeda Estrangeira	2.458	V=.	114.145		-	114.145	
Venda – Moeda Estrangeira	-	93	(1.312.514)	_	-	(1.312.514)	
Total	2.663	585					

^(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2016 apresentam as seguintes características:

			Valor de referênci				
			Posição líquie	líquida de con	uida de contratos Ativos e (Passivos)		
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total	
Contratos de Swap			- =				
Mercado Interfinanceiro	11.069	18.812	11.750	(909.037)	(290.655)	(1.187.942)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Moeda Estrangeira	324.935	112	(11.750)	947.057	290.655	1.225.962
Pré	968	3.213	-	(38.020)	_	(38.020)
Subtotal	336.972	22.137	-	-	-	- (00:020)
Ajuste ao Valor de Mercado	(2.000)	5.622	-	-	-	-
Total	334.972	27.759	-	_	-	-
Contratos de Termo/NDF			_		-	-
Termo/NDF	2.213	1.273	1.892	2.876	(11.156)	(6.388)
Subtotal	2.213	1.273		_	-	_
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	_	-	-	146.632	_	146.632
Subtotal	Ξ.	=				
Total	337.185	29.032				
Contratos Futuros(*)						
Venda – Mercado Interfinanceiro	_	-	(4.113.826)	(199.586)	(3.829.243)	(8.142.655)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	-	823.416	2.593.119	10.946	3.427.481
Compra – Moeda Estrangeira	-	-	(61.046)	-	-	(61.046)
Venda – Moeda Estrangeira	-	-	66.845	-	-	66.845

^(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de "swap" e "NDF" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título			Dezembro/17	Dezembro/		
	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
L.F.T	01/03/2019	-	_	9.157	9.157	
L.F.T	01/09/2020	212.995	212.995	560.109	560.109	
L.F.T	01/09/2021	-	-	5.718	5.718	
Total		212.995	212.995	574.984	574.984	

g) Hedge accounting

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

O Banco e a Financeira detêm portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas préfixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, sendo os efeitos desta estrutura de hedge de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2017 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	Instrumento	de Hedge	Objeto de Hedge		
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (**)	
Hedge de captações no exterior	2.736.442	4.907	2.800.497	(7.584)	
Hedge da carteira de varejo	2.989.035	86.898	2.313.826	91.238	

^(*) Registrado na rubrica Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2016 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	Instrumento	de Hedge	Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (**)
Hedge de captações no exterior	4.268.389	5.340	4.276.926	4.622

^(*) Registrado na rubrica Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Dezembro/17	Dezembro/16
Financiamentos à exportação	2.950.388	2.017.183
Crédito pessoal consignado	2.298.729	2.038.790
Capital de giro e descontos	553.690	1.755.769
Crédito a pessoas físicas	263.662	293.571
Financiamentos à importação	72.440	168.386
Financiamentos rurais e agroindustriais	71.501	107.300
Contas garantidas	4.762	2.879
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.003	2.068
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	884	11.134
Cheque Empresarial	91	390
Outros	159.674	306.925
Operações de crédito	6.377.824	6.704.395

^(**) Registrado nas rubricas Obrigações por Empréstimos no Exterior e Operações de Crédito .

^(**) Registrado na rubrica Obrigações por Empréstimos no Exterior.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	610.056	541.174
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	75.730	84.660
Títulos e créditos a receber (nota 10)	69.629	55.095
Fianças honradas (nota 30b)	43.075	9.782
Outros créditos	798.490	690.711
Operações de arrendamento mercantil	31.047	50.658
Total (**)	7.207.361	7.445.764

^(*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

b) Diversificação por setor de atividade

	Dezembro/17	Dezembro/16
Setor Público	9.779	33.421
Setor Privado	4.558.288	4.984.084
Agronegócio	122.307	231.827
Indústria	1.746.633	2.056.578
Comércio	534.166	708.426
Intermediários financeiros	447	5.157
Outros serviços	2.154.735	1.982.096
Pessoas físicas (*)	2.639.294	2.428.259
Total	7.207.361	7.445.764

^(*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 7f1) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

c) Diversificação por prazos - por parcela

	Dezembro/17	%	Dezembro/16	%
Setor Público	9.779	0,13	33.421	0,46
Até 03 meses	3.181	0,04	5.886	0,08
De 03 meses até 01 ano	6.598	0,09	13.108	0,18
Acima de 01 ano	-	-	14.427	0,19
Setor Privado	7.197.582	99,87	7.308.534	99,54
Até 03 meses	1.018.972	14,14	1.593.580	21,40
De 03 meses até 01 ano	2.090.875	29,01	2.045.244	27,47
Acima de 01 ano	3.997.089	55,46	3.599.771	48,35
Vencidos a partir de 15 dias	90.646	1,26	173.748	2,33
Total	7.207.361	100,00	7.445.764	100,00

^(**) Do total das operações de crédito, o montante de R\$ 613.126 (Dezembro/16 –), referem-se a operações ativas vinculadas à recursos captados, conforme Resolução CMN nº 2.921/02.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Níveis de concentração de risco

	Dezembro/17		Dezembro/16	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor individual	561.539	7,79	393.382	5,36
10 Maiores devedores	1.854.846	25,74	1.769.172	24,10
20 Maiores devedores	2.527.415	35,07	2.365.766	32,22
50 Maiores devedores	3.456.743	47,96	3.215.937	43,80
100 Maiores devedores	4.099.810	56,88	3.907.069	53,22
Maior devedor grupo econômico	561.539	7,79	393.382	5,36

e) Composição da carteira por níveis de risco

	De	zembro/17		Dezembro/16		
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	1.730.445	-	24,01	1.205.560	-	16,19
Α	3.201.124	16.005	44,41	3.553.062	17.765	47,72
В	882.255	8.823	12,24	778.418	7.784	10,45
С	529.782	15.892	7,35	715.101	21.453	9,61
D	141.213	14.121	1,96	362.910	36.291	4,87
E	292.537	87.761	4,06	347.606	104.282	4,67
F	75.359	37.679	1,05	305.983	152.991	4,11
G	133.559	93.492	1,85	44.463	31.124	0,60
Н	221.087	221.087	3,07	132.661	132.661	1,78
Total	7.207.361	494.860	100,00	7.445.764	504.351	100,00

^(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total

f) Cessão de crédito

f.1) Cessão de crédito interbancário

No período findo em 31 de dezembro de 2017 o CCB Brasil não efetuou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de credito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões efetuadas no exercício de 2016 foram classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" pelo valor presente de R\$ 558.913, e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão foi de R\$ 602.153. O resultado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 43.240 está sendo reconhecido na cedente "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. No período findo em 31 de dezembro de 2017 o estoque de cessões gerou despesa no montante de R\$ 93.979 (Dezembro/16 – R\$ 130.766). As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99 do CMN, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

f.2) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram realizadas cessões de operações de crédito anteriormente baixadas para prejuízo, com transferência substancial dos riscos e benefícios, à pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional. O resultado dessas cessões foi de R\$ 1.186 (Dezembro/16 – R\$ 4.932). Em 31 de dezembro de 2017 não houve cessão de créditos em carteira para empresa não financeira e não ligadas (Dezembro/16 – R\$ 37 e não houve resultado na cessão).

f.3) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", as quais estavam provisionadas, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 55.648 (Dezembro/16 - R\$ 25.234).

Adicionalmente, foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 182.310 (Dezembro/16 - R\$ 325.644). As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

g) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Dezembro /17	Dezembro /16
Arrendamento a receber	26.001	41.467
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(25.820)	(41.093)
Bens arrendados	105.658	213.620
Superveniência de depreciação	17.533	13.796
Depreciação de bens arrendados	(64.011)	(129.497)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	6.773	5.119
Valor residual antecipado	(35.087)	(52.754)
Total carteira de arrendamento mercantil	31.047	50.658

8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Movimentação da provisão

	Dezembro/17	Dezembro/16
Saldo inicial	498.319	889.095

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Reconstituição da provisão para créditos baixados para prejuízo, incluídos na cessão de créditos (*)		1.155.170
Constituição de provisão para créditos do exercício (**)	604.815	650.829
Reversão de provisão para créditos do exercício (**)	(66.602)	(99.222)
Reversão de provisão sobre créditos cedidos (**)	(195.943)	(1.221.720)
Subtotal	840.589	1.374.152
Baixas para prejuízo	(345.729)	(869.801)
Saldo final	494.860	504.351
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	77.179	110.172
Créditos renegociados no período	430.207	158.867
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	6,87	6,79

^(*) A partir do segundo semestre de 2016 foi incluída a reconstituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, retornando ao ativo do Banco aquele montante em contrapartida da carteira de crédito, a fim de destacar e evidenciar os efeitos decorrentes da cessão de crédito para securitizadora de crédito.

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Dezembro /17	Dezembro /16
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.152.998	520.107
Direitos sobre vendas de câmbio	512.628	12.463
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(130)	(50)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	11.156	9.340
Total	1.676.652	<u>541.860</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	512.818	10.970
Importação financiada – câmbio contratado	-	(50)
Obrigações por compras de câmbio	1.133.096	544.156
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(598.900)	(531.834)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	9	-
Total	1.047.023	23.242

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro/17	Dezembro/16
Adiantamentos e antecipações salariais	917	10.925
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.871	682
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Bacen	4.841	5.742
Devedores por compra de bens a prazo	75.730	84.661
Devedores por depósitos em garantia (nota 23f)	481.732	419.764
Tributos a compensar e recuperar	45.972	80.358
Pagamentos a ressarcir	39.459	17.459
Títulos e créditos a receber (*)	95.398	109.788
Devedores diversos – país	38.935	31.808
Total	786.855	<u>761.187</u>

^(**) Compõe o saldo de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Demonstrações do Resultado).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(*) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante consolidado de R\$ 69.629 (Dezembro/16 – R\$ 55.095) conforme nota 7a. Contempla também valores a receber de R\$ 14.426 (Dezembro/16 – R\$ 38.928) de precatórios do Governo Federal e R\$ 7.799 (Dezembro/16 – R\$ 12.031) a receber do Governo do Rio de Janeiro, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

11. OUTROS VALORES E BENS

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Dezembro/17	Dezembro/16
Imóveis	377.384	320.418
Veículos e afins	16.779	15.389
Máquinas e equipamentos	28.402	26.827
Material em estoque	82	231
Outros	742	708
Subtotal	423.389	363.573
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(142.882)	(95.500)
Total	280.507	268.073

12. ATIVO PERMANENTE

a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas na nota 14.

b) Imobilizado de uso

	CHSIO		Provisão perd			ciação ulada	Valor líquido	
	Dez/17	Dez/16	Dez/17	Dez/16	Dez/17	Dez/16	Dez/17	Dez/16
Terrenos	350	3.913	_	-	_	-	350	3.913
Edificações	91.832	192.122	(27)	-	(49.548)	(103.181)	42.257	88.941
Instalações	2.874	5.176	-	-	(611)	(1.725)	2.263	3.451
Máquinas e equipamentos de uso	15.368	17.255	(1.010)	(769)	(9.348)	(9.607)	5.010	6.879
Sistema de processamento de dados	11.146	12.679	(15)	(67)	(10.744)	(12.127)	387	485
Sistema de transporte	994	1.256	-	-	(782)	(819)	212	437
Sistema de comunicação	2.424	2.298	(334)	_	(1.312)	(1.116)	778	1.182
Sistema de segurança	1.456	1.477	(47)	(38)	(890)	(795)	519	644
Total	126.444	236.176	(1.433)	(874)	<u>(73.235)</u>	(129.370)	<u>51.776</u>	105.932

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Ativos intangíveis

c.1) Classe dos ativos intangíveis – Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Cu	sto	Amortização acumulada		Valor I	íquido
	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16
Softwares (*)	19.167	14.472	(14.275)	(11.177)	4.892	3.295
Ágio (**)	105.190	105.190	(79.769)	(69.250)	25.421	35.940
Total	124.357	119.662	(94.044)	(80.427)	30.313	39.235

c.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/16	Adições	Baixas	Dezembro/17
Softwares	3.295	4.762	(3.165)	4.892
Ágio (*)	35.940	-	(10.519)	25.421
Total	39.235	4.762	(13.684)	30.313

^(*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a administração efetuou teste de valor recuperável dos seus ativos, e foi constituído provisão para perda no montante de R\$ 1.433 (Dezembro/2016 – R\$ 874) de itens do ativo imobilizado que apresentaram indícios de perda no valor recuperável.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 326.784 (Dezembro/16 – R\$ 228.514) e ativos totais de R\$ 4.255.120 (Dezembro/16 – R\$ 3.539.120). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data de cada transação, divulgados pelo BACEN, sendo o ajuste decorrente desta conversão, no montante de R\$ 3.555, registrado em contrapartida ao resultado do exercício.

14.PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS NO PAÍS – CCB BRASIL MÚLTIPLO

As principais informações das sociedades controladas diretas são assim demonstradas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

						Dezembro/17	Dezembro/16
Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio Iíquido	Lucro/(prejuízo) líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil							
Arrendamento							
Mercantil S.A.	180.920.168	100%	258.577	10.107	10.107	258.577	248.470
CCB Brasil							
Distribuidora de				1			
Títulos e Valores							
Mobiliários S. A.	14.223.228	100%	20.617	781	781	20.617	19.836
CCB Brasil							
Administradora de							
Cartões de Crédito							
Ltda.	3.670.000	100%	13.821	542	542	13.821	13.549
CCB Brasil S.A							
CFI (*)	116.405.774	100%	93.570	79	79	118.991	129.423
Total			386.585	11.509	11.509	412.006	411.278

^(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 25.421 (Dezembro/16 – R\$ 35.940), apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (p	oassivos)	Receitas /	(despesas)
	Dezembro/17	Dezembro/16	Dezembro/17	Dezembro/16
Disponibilidades em moedas estrangeiras	77.664	371	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	77.664	371	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.682.610	2.211.023	294.457	235.361
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	1.682.610	2.211.023	294.457	235.361
Cotas de Fundo de Investimentos	22.836	43.872	2.738	15.305
FIDC BRASILFactors (a)	22.836	43.872	2.738	15.305
Operações de cessão de crédito		207	13	3.125
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	207	13	3.125
Outros créditos – Cessão de crédito	297.338	710.029	93.979	130.766
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	297.338	710.029	93.979	130.766
Depósitos à vista	(2.473)	(5.011)	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

COD Description of the control of th	1			
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(33)	(18)	-	
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(62)	(346)	-	
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(1)	-	
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(145)	(306)	-	
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.535)	(2.364)	-	-
BRASILFactors S.A. (a)	(1)	(1)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(27)	(769)	. 	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(668)	(1.206)	-	-
Danifaltas latarillas and latarillas				
Depósitos interfinanceiros	(267.721)	(180.685)	(18.947)	(12.193)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(21.324)	(20.761)	(2.003)	(2.347)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(246.397)	(159.924)	(16.944)	(9.846)
Depósitos a prazo	(177.418)	(130.986)	(11.275)	(18.965)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	-		-	(65)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	-	-	-	(166)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(730)	(683)	(68)	(90)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(12.130)	(16.232)	(1.180)	(3.660)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (a)	(1.633)	(940)	(118)	(19)
BRASILFactors S.A. (a)	(590)	(2.316)	(230)	(815)
FIDC BRASILFactors (b)	(4.411)	(62.727)	(1.861)	(4.189)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(157.686)	(47.704)	(7.774)	(9.936)
Pessoal-chave da Administração (c)	(238)	(384)	(44)	(25)
Operações compromissadas	(26.551)	(54.897)	(9.250)	(14.589)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(7.583)	(54.897)	(4.805)	(12.769)
CCB Brasil S.A Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(18.968)	-	(4.445)	(1.820)
LCA	(2.793)	(1.718)	(113)	(211)
Pessoal-chave da Administração (c)	(2.793)	(1.718)	(113)	(211)
r essoar-chave da / tullimistração (o)	(2.793)	(1.710)	(113)	(211)
LCI	(122)	(802)	(58)	(296)
Pessoal-chave da Administração (c)	(122)	(802)	(58)	(296)
NDF	(267)	(753)	999	(9.760)
BRASILFactors S.A. (a)	(267)	(753)	999	(9.760)
	(6 111 120)	(7.285.717)	(665.045)	(421.011)
Obrigações por empréstimos	(6.111.130)	(7.285.717)	(665.045)	(421.011)
China Construction Bank Corporation (d)	(6.111.130)	(1.200.111)	(000.040)	(121.011)
	(568.381)	(559.926)	(36.708)	(16.544)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital			5-5-700	/16 E44
China Construction Bank Corporation (d)	(568.381)	(559.926)	(36.708)	(16.544)
	(568.381)	(559.926)	(36.708)	(10.544)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas direta
- (b) Controladas e Coligadas indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)
- (e) Controladora direta

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Dezembro/16 – 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 15,07% a.a. (Dezembro/16 – 14,85% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 6,9% a.a. (Dezembro/16 – 13,65% a.a.) e possuem vencimento em 01 de janeiro de 2018, com lastro até 03 anos (Dezembro/16 – superior a 03 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/16 – 96%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/16 – até 03 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/16 – 96%) e possuem vencimento final em até 03 meses (Dezembro/16 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Dezembro/16 – 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (Dezembro/16 – em até 05 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,01% a.a. (Dezembro/16 – 1,60% a.a.) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (Dezembro/16 – em até 01 ano). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 7f.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de resultados contábeis negativos.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	Dezembro/17	Dezembro/16
Remuneração fixa	16.010	15.648
Outros	1.568	1.030
Total	17.578	16.678

b.2) Benefícios pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

b.4) Outras informações

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

16. DEPÓSITOS

Distribuição por prazos de vencimento

Dezembro/17									
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total				
Sem vencimento	86.472	-	-	7.393	93.865				
Até 03 meses	-	294.857	129.070	-	423.927				
De 03 meses a 01 ano		1.818.106	183.777	_	2.001.883				
De 01 a 03 anos	2	626.054	2.731		628.785				
De 03 a 05 anos	-	_	27.241	-	27.241				
Total	86.472	2.739.017	342.819	7.393	3.175.701				

^(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 372.734, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

					De	ezembro/16
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	80.185	-	×-	10.849	_1	91.034
Até 03 meses	_	498.458	34.554	-	5.390	538.402
De 03 meses a 01 ano	-	939.500	59.986	12	-	999.486
De 01 a 03 anos	-	468.985	335	-	-	469.320
De 03 a 05 anos	-	37.168	104.689	0.70	-	141.857
Total	80.185	1.944.111	199.564	10.849	<u>5.390</u>	2.240.099

^(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 306.920, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 02 de janeiro de 2018 e lastreados por LFT com vencimento em setembro de 2022.

b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, Letras Financeiras – LF e Letras de Crédito Imobiliário – LCI, assim distribuídos:

Vencimento	De	zembro/17		De	ezembro/16		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF	
Até 03 meses	23.663	43.149	10.468	30.498	60.680	1.933	
De 03 meses a 01 ano	13.358	91.049	17.337	90.563	102.099	5.855	
De 01 a 03 anos	319	19.910	131.379	36.082	26.705	25.171	
De 03 a 05 anos	602	-	-	-	-	-	
Total	37.942	154.108	159.184	157.143	189.484	32.959	

18. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 8,50% a.a. (Dezembro/16 – 7,40% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

	D	ezembro/17	Dezembro/16		
Vencimento	R\$	%	R\$	%	
De 01 a 03 anos	55.066	100,00	55.066	100,00	
Total	55.066	100,00	55.066	100,00	

19. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,64% a.a. (Dezembro/16 – 1,64% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Dez	embro/17	Dezembro/16		
	R\$	%	R\$	%	
Até 03 meses	1.732.626	26,54	1.219.339	16,13	
De 03 meses a 01 ano	4.469.411	68,47	6.267.662	82,89	
De 01 a 03 anos	210.889	3,24	37.240	0,49	
De 03 a 05 anos	83.671	1,28	37.240	0,49	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Acima de 05 anos	30.934	0,47	-	
Total	6.527.531	100,00	7.561.481	100.00

As operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants") são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantêm os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada;
- VII não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a administração retificou o saldo do grupo "Empréstimos no Exterior" pelo montante de R\$ 152.344 em contrapartida ao resultado do exercício, tomando como base a piora na qualidade de crédito dos ativos vinculados, considerando a estimativa de realização das garantias obtidas em cada operação.

Em 31 de dezembro de 2017 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 641.841, e o saldo das operações ativas é de R\$ 642.828, sendo que R\$ 267.385, estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

20. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até outubro de 2018 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro/17	Dezembro/16
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	30.650	20.456
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	342	1.701
Impostos e contribuições a recolher	11.633	20.876
Provisão para imposto de renda diferido	138.391	68.510

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total 181.016 111.543

Em Dezembro de 2016 as provisões para passivos de natureza tributária foram reclassificadas pelo valor de R\$ 728.850 para a rubrica Outras Obrigações – Diversas de acordo com a Circular nº 3.782/16 do BACEN (nota 22).

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	Dezembro/17	Dezembro/16
Provisão para passivos contingentes (*)	888.611	735.534
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 30)	152.863	104.815
Credores por antecipação de valores residuais	35.087	52.754
Provisão para pagamentos a efetuar	19.197	86.336
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	7.572	16.303
Cheques administrativos	400	589
Credores diversos – país	52.820	146.599
Total	1.156.550	1.142.930

^(*) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 23); Em Dezembro/16 as provisões para passivos de natureza tributária foram reclassificadas pelo valor de R\$ 728.850 da rubrica Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias de acordo com a Circular nº 3.782/16 do BACEN (nota 21).

23. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

CSLL x Isonomia – valor envolvido R\$ 149.299 (Dezembro/16 – R\$ 140.644): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 521.134 (Dezembro/16 – R\$ 495.820): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

ampliação da base de cálculo prevista na Lei n.º 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 26.247 (Dezembro/16 – R\$ 24.317).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 82.782 (Dezembro/16 – R\$ 77.949): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº. 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 90.225 (Dezembro/16 – R\$ 82.905).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 — valor envolvido R\$ 17.583 (Dezembro/16 — R\$ 12.511): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44º da Lei nº 4.506/64, no art.12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226º do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 17.583 (Dezembro/16 — R\$ 16.471).

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.199 (Dezembro/16 – R\$ 1.679): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

d) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 20.468 (Dezembro/16 – R\$ 19.132): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacifica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 94 – valor envolvido R\$ 24.639 (Dezembro/16 – R\$ 23.216): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 102.953 (Dezembro/16 – R\$ 73.562): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7°, XI, da Constituição Federal e art. 28°, § 9°, da Lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 82.588 (Dezembro/16 – R\$ -): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

e) Passivos contingentes – Trabalhistas e Cíveis

Processos trabalhistas

O Banco possui 180 (Dezembro/16 – 157) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 45.608 (Dezembro/16 – R\$ 40.921). No Banco existem 193 (Dezembro/16 – 105) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 11.185 (Dezembro/16 – R\$ 7.757), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 10.087 (Dezembro/16 – R\$ 5.633). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista especifica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Banco possui 3.066 (Dezembro/16-3.196) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 71.006 (Dezembro/16-R\$ 70.578). O Banco possui 478 (Dezembro/16-509) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 515.664 (Dezembro/16-R\$ 724.788), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 286.990 (Dezembro/16-R\$ 348.328). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

f) Movimentação das provisões para "obrigações legais" e "passivos contingentes", classificados como perda provável

Descrição	Dez/16	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Dez/17
Cíveis	70.578	5.554	(5.637)	24.679	(24.168)	71.006
Trabalhistas	40.921	6.165	(2.053)	6.959	(6.383)	45.608
Subtotal	111.499	11.719	(7.690)	31.638	(30.551)	116.614
Fiscais e previdenciárias	Dez/16	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Dez/17
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	140.644	n-	_	8.655	-	149.299
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96 e EC 17/97	12.511	-		5.072		17.583
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	77.948	-	-	4.834	_	82.782

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

COFINS - Alargamento da Base de						
Cálculo – Lei nº 9.718/98	495.820	141	(4.180)	29.353	_	521.134
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº						
56/87	1.679	-	(574)	94	-	1.199
ISS - Operações de Leasing fora da			` '			
Sede	246	-	(249)	2	-	-
Subtotal	728.848	141	(5.002)	48.010	_	771.997
Total	840.347	11.860	(12.692)	79.648	(30.551)	888.611

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 112.802 (Dezembro/16 – R\$ 73.614) – processos Cíveis, R\$ 22.840 (Dezembro/16 – R\$ 22.393) – processos Trabalhistas e R\$ 346.018 (Dezembro/16 – R\$ 323.635) – processos Fiscais.

Descrição	Dezembro/15	Adição	Reversão	Utilização	Dezembro/16
Cíveis	86.863	17.419	(30.120)	(3.584)	70.578
Trabalhistas	29.060	14.029	(558)	(1.610)	40.921
Subtotal	115.923	31.448	(30.678)	(5.194)	111.499
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/15	Adição	Reversão	Atualização	Dezembro/16
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	129.310	_	-	11.334	140.644
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.108	-	-	403	12.511
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	71.838	-	(107)	6.218	77.949
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	458.471	-	(853)	38.202	495.820
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.549	_	_	130	1.679
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	-	_	88	247
Subtotal	673.435	-	(960)	56.375	728.850
Total	789.358	31.448	(31.638)	<u>51.179</u>	840.347

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 73.614 (Dezembro/15 – R\$ 64.086) – processos Cíveis, R\$ 22.393 (Dezembro/15 – R\$ 17.289) – processos Trabalhistas e R\$ 323.635 (Dezembro/15 – R\$ 291.792) – processos Fiscais.

24. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dezembro/17	Dezembro/16
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	459.343	417.728
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	853.612	841.467

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(*) Total - Nível II PR	32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	-	105.860
LOAN Subordinado	US\$	20/07/2010	45/40/2047	50,000	7.040		

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dezembro/17	Dezembro/16
EMTN – ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	336.821	331.780
EMTN – ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	231.560	228.146
Total PR						<u>568.381</u>	<u>559.926</u>

25. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Dezembro/16 - R\$ 1.699.886) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Dezembro/16 - 354.322.935), sendo 297.223.908 ordinárias (Dezembro/2016 - 225.459.526) e 168.407.558 preferenciais (Dezembro/16 - 128.863.409), sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 para R\$ 1.554.860, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000, o qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 02 de setembro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital mediante a emissão de 2.632.449 ações, todas ordinárias, ao preço de R\$ 9,49 por ação que perfaz o montante de R\$ 24.982, sendo R\$ 26 destinado a aumento de capital e R\$ 24.956 a reservas de capital. Do total, foi subscrita e integralizada a quantidade de 2.613.527 ações no montante de R\$ 24.803. As sobras de ações no total de 18.922 e valor de R\$ 179, foi subscrita e integralizada em 10 de outubro de 2016 pelo acionista controlador, após o não exercício do direito de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

preferência pelos demais acionistas. Em 04 de novembro de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 28 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital social de R\$ 1.554.886 para R\$ 1.699.886 dentro do limite do capital social autorizado, com a emissão de 14.676.113 de novas ações ao preço de R\$ 9,88 por ação, sendo 9.338.570 ordinárias e 5.337.543 preferenciais, perfazendo um aumento de R\$ 145.000, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. A controladora subscreveu e integralizou na data de 28 de dezembro de 2016 o valor correspondente a sua participação proporcional no capital do Banco, correspondente ao montante de R\$ 141.262. Em 01 de fevereiro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o referido aumento de capital, após a comprovação de que a controladora subscreveu as sobras de ações, dos acionistas minoritários que não exerceram seu direito de preferência, no montante de R\$ 3.738. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 23 de maio de 2017.

Em 26 de outubro de 2017 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital mediante a emissão de 113.647.791 novas ações ao preço de R\$ 11,07 por ação, sendo 72.315.322 ordinárias e 41.332.469 preferenciais que perfaz um montante de R\$ 1.258.081, o qual foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 26 de outubro e 27 de novembro de 2017, sendo R\$ 1.256.978 destinados a aumento de capital e R\$ 1.103 para constituição de reservas de capital, destinadas a suportar resgate de ações. Do total, foram subscritas e integralizadas, na data da Assembleia, a quantidade de 110.845.180, sendo 72.138.610 ações ordinárias e 38.706.570 ações preferencias no montante de R\$ 1.227.056. As sobras de ações no total de 2.802.611, sendo 176.712 ordinárias e 2.625.899 preferenciais, no montante de R\$ 31.025, foram subscritas e integralizadas em 27 de novembro de 2017 pelo acionista controlador, após verificação do não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 12 de dezembro de 2017, o aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 22 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou em 22 de dezembro de 2017, o resgate de ações nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM 361, envolvendo a totalidade das 550.940 ações ordinárias e 1.788.320 ações preferenciais remanescentes em circulação após o leilão da OPA ocorrido em 1º de outubro de 2016. O valor a ser pago será de R\$ 7,30 por ação ajustado pela variação da SELIC desde 29 de agosto de 2014 e totalizará o montante de R\$ 25.160 e será liquidado, a partir de 04 de janeiro de 2018, à conta de reservas de capital, sem necessidade da redução de capital social.

O quadro de acionistas do CCB Brasil passará a ser o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações or	dinárias	Ações pref	erenciais	Tota	Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864	

a) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2017 foram adquiridas 6.879.540 ações preferencias no montante R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estes ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (R\$ 55.105 em 2016).

b) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no exercício.

 Reservas – a apuração de prejuízos líquidos fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2017, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Dezembro/16	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa Res. nº 3.059/02	Dezembro/17
<u>Descrição</u>						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	130.006	(141.847)	130.418	_	_	118.577
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.647	(701)	14.119	_	_	34.065
Provisão para contingências e outras	298.001	(175.079)	124.717	_	-	247.639
Subtotal	448.654	(317.627)	269.254		=	400.281
Prejuízo fiscal	414.971	(3.859)	63.354	-	(179.150)	295.316
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	863.625	(321.486)	332.608	=	(179.150)	695.597
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	113.874	(113.907)	93.703	(14.942)	-	78.728
Provisão para desvalorização de bens não de uso	13.485	(562)	12.373	(4.375)	_	20.921
Provisão para contingências e outras	175.502	(140.522)	108.772	13.541	-	157.293
Subtotal	302.861	(254.991)	214.848	(5.776)	=	256.942

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total – Crédito Tributário	1.447.978	(579.100)	626.890	(38.563)	(317.079)	1.140.126
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	<u>584.353</u>	(257.614)	294.282	(38.563)	(137.929)	444.529
Base negativa da CSLL acumulada	281.492	(2.623)	79.434	(32.787)	(137.929)	187.587

	Dezembro/15	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Transf. Crédito Presumido	Dezembro/16
<u>Descrição</u>						
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	536.279	(567.924)	378.615	-	(216.964)	130.006
Provisão para desvalorização de bens não de uso	17.739	(1.212)	4.120		_	20.647
Provisão para contingências e outras	225.672	(72.246)	144.575	_	_	298.001
Subtotal	779.690	(641.382)	527.310		(216.964)	448.654
Prejuízo fiscal	174.857	(2.209)	242.323	-	-	414.971
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	954.547	(643.591)	769.633		(216.964)	863.625
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	429.018	(454.338)	302.892	_	(163.698)	113.874
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.216	(969)	4.195	(1.957)	-	13.485
Provisão para contingências e outras	142.835	(67.586)	152.715	(52.462)	-	175.502
Subtotal	584.069	(522.893)	459.802	(54.419)	(163.698)	302.861
Base negativa da CSLL acumulada	155.904	(2.179)	214.040	(86.273)	-	281.492
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	739.973	(525.072)	673.842	(140.692)	(163.698)	584.353
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.694.520	(1.168.663)	1.443.475	(140.692)	(380.662)	1.447.978

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

			Realiza	ão dos	Créditos	Tributár	rios				Dezembro/17	Dezembro/16
Ano Projetado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total	Total
Valor Projetado	217.179	54.819	64.582	74.419	94.839	66.704	84.369	98.331	94.374	290.510	1.140.126	1.444.477
Valor Presente (*)	202.971	47.881	52.718	56.774	67.619	44.447	52.541	57.230	51.333	147.681	781.195	789.677
% Realização	19,0%	4,8%	5,7%	6,5%	8,3%	5,9%	7,4%	8,6%	8,3%	25,5%	100%	

^(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.059/02 do CMN.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Consoante a Resolução nº 3.059/02 do CMN, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Desta forma, no primeiro semestre de 2017, a Administração do Banco apresentou estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15, que resultou na autorização do Banco Central do Brasil para manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de maio de 2017, para os quais o Banco possui expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 522.072 (Dezembro/16 -) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2017 o Banco recuperou R\$ 118.402, decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 47.361, foram registrados como redutor do credito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

0 (111 B	2014	2015	2016	2017	Total
Crédito Presumido Constituído	78.983	107.450	194.229	(47.361)	333.301

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Passivo diferido

O Banco possui registrado R\$ 97.513 (Dezembro/16 – R\$ 65.061), a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo e R\$ 36.495 (Dezembro/16 -) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge accounting* que serão realizados durante o prazo das operações com empréstimos consignados.

A CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 4.383 (Dezembro/16 - R\$ 3.449) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

Passivo diferido	Dezembro/16	Adições	Dezembro/17
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	65.061	32.452	97.513
IR e CS sobre Hedge accounting	-	36.495	36.495
IR sobre Superveniência de depreciação	3.449	934	4.383
Total	<u>68.510</u>	69.881	138.391

Passivo diferido	Dezembro/15	Realizações	Adições	Dezembro/16
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	30.924	-	34.137	65.061
IR sobre Superveniência de depreciação	8.767	(5.318)	-	3.449
Total	39.691	(5.318)	34.137	68.510

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		Dezembro/17	<u> </u>	ezembro/16
Apuração	<u>IR</u>	<u>cs</u>	<u>IR</u>	<u>cs</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(300.156)	(300.156)	(438.576)	(438.576)
Base de cálculo	(300.156)	(300.156)	(438.576)	(438.576)
Adições temporárias	1.136.689	1.127.748	2.104.811	2.080.266
Adições permanentes	478.723	478.723	378.619	378.619
Exclusões	(2.020.060)	(2.007.382)	(2.946.893)	(2.943.742)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(704.804)	(701.067)	(902.039)	(923.433)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	779.295	779.295	919.642	917.567
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(15.437)	(15.437)	3.219	3.219
Lucro real / Prejuízo e Base de Cálculo IR e CSLL	59.054	62.791	20.822	(2.647)
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	10.066	14.257	9.158	6.854
Adicional de 10% de IR	6.727		5.325	-
Impostos correntes	16.793	14.257	14.483	6.854

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Conciliação do resultado		Ĩ	702	<u>-12</u>
Impostos correntes	16.793	14.257	13.781	7.263
Imposto de Renda e CSLL Diferido	71.575	43.877	17.655	11.628
(=) Provisão IR e CSLL	88.368	58.134	32.138	18.891
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(270.454)	(209.823)	(529.196)	(406.437)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(65.833)	(47.103)	(241.987)	(127.522)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	317.562	254.991	641.382	522.893
Realização do crédito tributário (sobre compensação, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	3.859	2.623	2.619	1.769
Baixa de crédito tributário de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL	179.151	137.929	_	_
(=) Efeito líquido do crédito tributário	164.285	138.617	(127.182)	(9.297)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	252.653	196.751	(95.044)	9.594

28. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

a) Resultado de operações de crédito

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Crédito pessoal consignado	332.504	654.740	353.024
Capital de giro e descontos	110.298	245.216	362.999
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	38.527	78.039	77.323
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	42.829	77.179	110.172
Financiamentos à exportação	26.900	52.594	66.421
Financiamentos à importação	1.801	4.966	4.289
FUNCAFÉ	1.291	3.877	4.670
Financiamentos rurais e agroindustriais	917	2.551	661
Contas garantidas	632	1.325	3.425
Outros empréstimos e financiamentos	19.727	46.942	58.032
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	(1.732)	682	(10.736)
Total	573.694	1.168.111	1.030.280

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Rendas de aplicações compromissadas	169.723	450.046	313.743

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Total	330.520	795.588	661.747
	245	796	2.979
Variação cambial	196001		
Outras operações com títulos e valores mobiliários	31.932	67.132	9.153
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	18.891	81.111	53.336
Resultado de títulos renda fixa	109.729	196.503	282.536

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
	2°Semestre 2017	2017	2016	
Mercado futuro – dólar	(38.188)	(161.139)	(199.945)	
Variação cambial Mercado futuro – dólar	2.209	(27.050)	(189.492)	
Mercado futuro – DI	(64.211)	(106.542)	(118.934)	
Swap	(71.433)	(122.366)	(253.709)	
Variação cambial – Swap	(30.462)	54.154	(542.413)	
Termo de moedas	1.688	4.340	(4.750)	
Total	(200.397)	(358.603)	(1.309.243)	

d) Resultado de câmbio

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Rendas de operações de câmbio	13.504	25.821	29.455
Despesas de operações de câmbio	(480)	(1.188)	(1.367)
Variações cambiais	44.856	70.572	(124.745)
Total	57.880	95.205	(96.657)

e) Despesas de captação no mercado

	2°Semestre 2017	2017	2016
Operações compromissadas	163.752	443.161	313.023
Depósitos a prazo	118.553	251.026	318.285
Títulos e valores mobiliários no exterior	66.831	133.802	113.807
Depósitos interfinanceiros	11.065	21.160	52.990
Despesas de letras do agronegócio - LCA	5.194	13.945	26.154
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	2.611	9.592	21.020
Despesas de letras financeiras – LF	4.751	7.500	11.668
Depósitos de poupança	234	565	956
Outras	2.151	3.988	6.271
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	(54)	13.248	(174.933)
Total	375.088	897.987	689.241

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	125.362	203.343	93.702
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	1.473	4.846	8.992
Marcação a mercado - item objeto de hedge	(3.271)	(2.869)	(40.796)
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	(27.584)	33.902	(730.147)
Total	95.980	239.222	(668.249)

g) Outras receitas operacionais

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Empréstimos vinculados (Res nº. 2.921)	152.244	152.244	
Recuperação de encargos e despesas	13.075	42.294	9.350
Atualização de depósito em garantia	9.192	18.628	22.917
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	2.805	9.614	9.585
Reversão de contingências fiscais	-	-	961
Reversão de provisão para fiança	-	1.569	151
Receitas por recebíveis do Governo Federal	-	-	38.928
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	_		2.918
Reversão de provisões outras	_	26	22.756
Outras rendas operacionais	3.507	9.294	6.922
Total	180.823	233.669	114.488

h) Outras despesas operacionais

	2°Semestre 2017	2017	2016
Comissões crédito consignado	68.993	154.800	141.371
Constituição de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	41.652	78.092	22.404
Constituição de provisões para fiança	49.617	49.617	1.899
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	10.050	31.770	9.318
Programa de remuneração e retenção de funcionários	12.244	24.390	98
Despesas de atualização de impostos	19.627	19.864	45.357
IOF sobre operações de câmbio próprias	630	1.003	752
Outras despesas	777	9.269	17.336
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	-	706	3.618
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	4.393
Total	203.590	369.511	246.546

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Despesas de pessoal

	2°Semestre 2017	2017	2016
Salários	92.567	165.882	149.154
Beneficios	12.907	24.655	25.482
Encargos sociais	29.253	52.709	50.564
Honorários da diretoria	7.126	16.010	15.649
Outros	409	928	1.012
Total	142.262	260.184	241.861

j) Outras despesas administrativas

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Despesas de serviços de terceiros	20.767	41.666	44.186
Despesas de amortização e depreciação	14.751	29.937	30.741
Despesas de aluguéis e taxas	9.674	21.206	27.525
Despesas de processamento de dados	8.356	16.940	21.302
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.352	13.454	12.131
Despesas de manutenção e conservação	2.797	6.340	8.712
Despesas de transportes e viagens	2.032	4.154	6.398
Despesas de propaganda e publicidade	1.094	2.305	2.376
Despesas de comunicações	888	1.880	2.482
Despesas de promoções e relações públicas	594	1.296	1.616
Outras despesas	8.563	17.913	20.430
Total	75.868	157.091	177.899

k) Despesas tributárias

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Despesas de contribuição à COFINS	7.640	18.255	20.282
Despesas tributárias	5.850	9.602	6.246
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	1.523	3.297	3.431
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.245	2.974	3.368
Total	16.258	34.128	33.327

I) Resultado não operacional

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2ºSemestre 2017	2017	2016
Despesa de provisão para ajuste do valor de realização de bens	(60.473)	(65.930)	(17.429)
Resultado na alienação de bens	6.387	8.218	4.569
Ganho/(Perda) de Capital	(9)	(9)	39
Outros	495	1.296	815
Total	(53.600)	(56.425)	(12.006)

m) Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	2°Semestre 2017	2017	2016
Mercado futuro – dólar	2.209	(27.050)	(189.492)
Resultado de câmbio	44.856	70.572	(124.745)
Swap – dólar	(30.462)	54.154	(542.413)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	27.584	(33.902)	726.292
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	54	(13.248)	174.933
Termo de moeda – dólar	1.688	4.340	(4.493)
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	245	796	2.980
Operações de crédito	(1.731)	683	(13.072)
Variação cambial depósito em garantia no exterior	(81)	(81)	-
Total	44.362	<u>56.264</u>	29.990

29. ACORDO DA BASILEIA

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 9,25% mais o adicional de capital principal de 1,25% (totalizando 10,50%) de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

	Basileia III	Basileia III
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Dezembro/17	Dezembro/16
Patrimônio de Referência Nível I	1.454.212	472.315
- Capital Principal	1.222.652	336.303
- Bônus Perpétuo (*)	231.560	136.012
Patrimônio de Referência Nível II	814.779	905.331
- Dívida Subordinada	814.779	905.331
Patrimônio de Referência - Prudencial	2.268.991	1.377.646
Risco de Crédito	620.810	830.411
Risco de Mercado	44.635	9.290

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Risco Operacional	70.541	62.158
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	735.986	901.859
Índice de Basileia (%)	28,52	15,08
Índice de Capitalização Nível I (**)	18,28	5,17
Índice de Capitalização Nível II	10,24	9,91

Em Dezembro/16: (*) Parte do Bônus Perpétuo no montante total de R\$ 228.145 (US\$ 70 milhões), emitidos em 29 de dezembro de 2016;

(**) Se considerado no cálculo o aumento de capital integralizado pela Controladora em 28 de dezembro de 2016, o índice seria de 6,89% (vide nota 26a).

30. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

 a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.456.414 (Dezembro/16 -R\$ 1.721.806) e apresentam a seguinte concentração:

	Dezembro/17	%	Dezembro/16	%
Maior tomador de fiança	201.263	13,82	182.859	10,62
10 Maiores fianças	742.437	50,98	755.259	43,86
20 Maiores fianças	992.170	68,12	1.041.284	60,48
50 Maiores fianças	1.290.149	88,58	1.428.152	82,95

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 152.863 (Dezembro/16 – R\$ 104.815), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 22).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 43.075 (Dezembro/16 – R\$ 9.782) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN (nota 7a).

31. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução 4.557/17 do CMN. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos encontra-se no site.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988/11 do CMN. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090/12 do CMN, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327/14 do CMN também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução 4.557/17 do CMN, todavia para este exercício atende às Resoluções CMN nºs. 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 3.988/11 e 4.090/12, que serão por ela substituídas.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco deverá submeter a designação do *CRO – Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central ao Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o "Value-at-risk" (incluindo testes de aderência e validações) e EVE- Economic Value of Equity.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução nº 3.721/09 do CMN e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Benefícios pós-emprego a empregados

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

b) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

c) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Dezembro/17	Dezembro/16
Disponibilidades	93.107	111.077
Aplicações no mercado aberto	53.008	3.579.119
Aplicações em moedas estrangeiras	190.936	131.157
Total	337.051	3.821.353

Conselho de Administração

Presidente: Xilai Feng (*)

Membros do Conselho: Xi Zhang

Fanggen Liu (*)
Qiuyue Fang (*)

Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Diretoria

Diretor Presidente:

Xi Zhang

Diretores Vice-Presidente:

Yongdong Jiang

Hong Yang Milto Bardini

Paulo Celso Del Ciampo

Diretores:

Carlos José Roque

Francisco Edênio Barbosa Nobre

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado: Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê:

Walter Mallas Machado de Barros

Daniel Joseph McQuoid

(*) Tomaram posse em 11 de janeiro de 2018.